

O setor farmacêutico no Brasil

*Panorama de mercado
e tendências*



Panorama do mercado brasileiro

O Brasil vive, ao longo de quase duas décadas, um importante ciclo de estabilidade econômica e política, o que tem gerado efeito positivo no desenvolvimento econômico nacional. É bom frisar, porém, que essa expansão não acontece de maneira contínua e, em alguns momentos, com índices relativamente menores do que os verificados em outras nações emergentes.

O País foi um dos últimos a ingressar na crise financeira global, deflagrada em 2009, e uma das primeiras nações a superar esse estágio adverso. Entretanto, nota-se que a economia brasileira ainda está fortemente atrelada ao ambiente global de negócios, sobretudo no último biênio, observando-se uma forte aderência ao desempenho de mercados emergentes – de forma mais intensa em relação à atividade da China – e também em relação aos mercados desenvolvidos: o País sofreu de maneira significativa os impactos do arrefecimento dos Estados Unidos e da Europa e, ainda assim, o ambiente de negócios no Brasil é favorável, refletindo, particularmente com maior destaque, no desempenho e na evolução da indústria farmacêutica de forma geral, embora ainda exista um significativo conjunto de desafios a serem endereçados e superados pelo mercado brasileiro.

Aspectos socioeconômicos

Quinto maior País em extensão territorial e em população, com 8,51 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 196 milhões de habitantes, o Brasil registrou, em 2012, um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,42 trilhões, o sétimo maior do planeta. Estimativas de mercado apontam que, ainda na década em

curso, o País poderá se consolidar como a quinta maior economia global. Para isso, entretanto, terá que enfrentar grandes desafios internos, sobretudo de maior oferta de uma infraestrutura, mais eficiente e menos onerosa, – especialmente nas cadeias de transporte e logística, mas também em setores como telecomunicações e energia –, além de promover ajustes fiscais que aumentem a eficiência do Estado e abram espaço para o aperfeiçoamento do regime tributário nacional, tido como complexo, custoso para o cumprimento das obrigações e que registra uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo. Outra frente da qual o País precisará cuidar é a da educação, reconhecidamente de baixa qualidade e elemento-chave que compromete a produtividade local.

O recente processo expansionista brasileiro veio acompanhado, também, da ascensão das classes sociais: estima-se que, nos últimos 10 anos, 40 milhões de brasileiros ingressaram no mercado de consumo. Em 2012, o consumo dos brasileiros representou 61% da formação do PIB nacional e, mesmo tendo sido um ano de recuperação dos efeitos da crise financeira mundial – mais intensificada na Europa –, o território brasileiro foi o principal destino do investimento estrangeiro direto na América Latina ao receber US\$ 65,3 bilhões.

Esse desenvolvimento repercutiu no conjunto do mercado de trabalho. Observa-se que a taxa de desemprego nacional oscila em torno de 5% da População Economicamente Ativa há mais de dois anos, o que significa, na visão de vários especialistas, uma situação de pleno emprego. Por outro

lado, é importante ressaltar que a estabilização do trabalho no Brasil começou, em 2013, a apresentar os primeiros sinais de queda de vigor e que há um sentimento, entre especialistas da área, de que o mercado tende a apresentar alguma elevação das taxas de desemprego.

Admite-se, também, alguma queda do nível de salários no mercado local, até mesmo para acomodar o forte avanço verificado nos anos recentes. Esse crescimento da massa de rendimentos contribuiu para a escalada do consumo, ação potencializada por uma política governamental de forte expansão do crédito combinada à redução de juros e desoneração tributária de bens duráveis - caso de linha branca, automóveis e construção civil. Em 2013, esse conjunto de fatores, aliado ao ciclo de valorização global do dólar e que incorreu em desvalorização do real, recrudescer os temores de alta inflacionária, o que levou o Banco Central do Brasil a retomar o processo de elevação dos juros básicos da economia. Todavia, não há qualquer sinal de descontrole da inflação no Brasil, prevalecendo somente a atuação da autoridade monetária para manter os índices “sobre os trilhos”.

Entre outros fatores da economia brasileira, ainda se pode destacar:

- segunda maior produção agrícola mundial;
- autossuficiência em petróleo, contando com expressivas reservas offshore de óleo e gás (camada pré-Sal);
- maior provisão mundial de commodities minerais;
- sistema financeiro robusto e altamente qualificado;
- indústria de transformação diversificada; e
- posicionamento geográfico estratégico para transacionar com todos os países da América do Sul.

Além das questões de ordem econômica, outro fator de indução desenvolvimentista do Brasil reside no perfil demográfico nacional. Em 2013, o País superou, pela primeira vez, a marca de 200 milhões de habitantes, sendo 10,8% de idosos (a partir de 60 anos de idade) e 35,26% de jovens com até 14 anos. A população economicamente ativa, portanto, equivale a 53,93% do total, ou seja, cada grupo de 100 habitantes é mantido pelo trabalho de apenas 54 pessoas.

O chamado “bônus demográfico”, período em que a população em idade ativa supera aquela em idade inativa, deve se manter até 2041, quando a proporção de inativos irá, finalmente, superar a de ativos, atingindo 50,15% dos 228 milhões de brasileiros. A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a de que o total de idosos cresça de maneira mais acelerada enquanto o total de jovens deva cair até 2037, ano em que os idosos representarão 24,15% da população e os jovens, 23,76%. Em 2041, a população idosa deve responder por 27,07% do total, enquanto os jovens serão 23,08%.

Essa transformação decorre de importantes conquistas brasileiras, como a acentuada queda da mortalidade infantil nos últimos anos, que cedeu de 23,5 óbitos a cada mil nascimentos no período de 2005 a 2010 para cerca de 19 mortes a partir de 2010. A expectativa de vida dos brasileiros também evoluiu, saindo de 72,2 anos, entre 2005 e 2010, para 74 anos, a partir de 2010, devendo atingir 75,1 anos no período de 2015 a 2020, conforme dados e projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial.

Healthcare no Brasil

Considerando, portanto, os dados previamente apresentados, o setor de saúde no Brasil vive um momento de profundas transformações e passa por uma nova dinâmica de negócios, o que torna o mercado nacional um dos mais promissores e atraentes do mundo, ainda que seja caracterizado, também, por uma grande complexidade.

Um dos aspectos marcantes é o fato de o país ser o único no mundo a contar com um sistema público de saúde universal e gratuito – ou seja, os impostos pagos pelos brasileiros cobrem todos os tipos de atendimentos e tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sem cobrar adicionalmente nada do usuário. Ao mesmo tempo, o país registra despesas no mercado privado superiores às governamentais. Em 2010, os gastos do setor de saúde no Brasil atingiram US\$ 193,09 bilhões, de acordo com o Banco Mundial e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Desse total, 47% das receitas advieram do setor público, via SUS, e os 53% restantes foram arcados pela iniciativa privada.

A participação do SUS nas despesas do setor, o que envolve União, estados e municípios, tem crescido ao longo dos anos. Elas saíram de um patamar de 41,7%, em 2006, até os atuais 47%. Além disso, o país determinou, a partir de 2013, uma destinação mínima de recursos públicos para a saúde da ordem de 12% das receitas de investimentos dos estados e de 15% dos municípios.

Outra forma de financiamento e expansão de serviços de saúde pública já em curso no país e que tem ganhado força recentemente é a efetivação de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Esses contratos se concentram, no momento, na construção e operação de hospitais e unidades ambulatoriais de atendimento.

O SUS é uma estrutura fundamental para o atendimento da saúde no Brasil, pois uma parte relevante dos brasileiros não tem condições de usufruir do sistema privado. Entretanto, com o crescimento da renda e a expansão do mercado de trabalho, cada vez mais pessoas optam por contratar planos privados por entenderem que os serviços prestados são de qualidade superior àqueles ofertados no sistema público.

A participação dos planos de saúde no Brasil ainda é relativamente baixa quando comparada ao total da população. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cerca de 48 milhões de brasileiros, ou menos de 25% da população, contavam com planos de saúde no fim de 2012.

Dinâmica do mercado farmacêutico

A indústria farmacêutica tem apresentado uma importante evolução no país, beneficiando-se da expansão dos gastos do mercado de saúde como um todo e, principalmente, da evolução da renda doméstica. De 2007 a 2011, as vendas de medicamentos no varejo registraram um crescimento acumulado de 82,2%, saltando de R\$ 23,6 bilhões para R\$ 43 bilhões, de acordo com relatório da Interfarma baseado em dados da IMS Health.

Segundo outro levantamento, da Scrip Insights, das vendas totais de US\$ 25,8 bilhões do varejo farmacêutico, em 2011, US\$ 18,3 bilhões corresponderam a medicamentos prescritos e US\$ 7,5 bilhões a medicamentos isentos de prescrição. No grupo de medicamentos prescritos, 25,2% das receitas foram provenientes de produtos genéricos, o que representou uma expansão de 42,5% em comparação ao ano anterior. Os produtos similares responderam por 18,8% das vendas do grupo de prescritos, uma evolução de 33,8%. Embora liderem o mercado de prescrição, com 40,8% das vendas, os medicamentos de marca apresentaram uma taxa menor de crescimento, de 7,6% em 2011, em relação ao ano anterior.

Ainda que tenha apresentado evolução nos últimos anos, o poder aquisitivo da população brasileira ainda é relativamente baixo. Esse fator, combinado à popularidade dos medicamentos genéricos e similares, garantiu aos fabricantes locais a liderança no comércio de medicamentos.

Na lista dos medicamentos mais vendidos no Brasil constam os destinados à redução do colesterol e ao controle da hipertensão, além de uma parte significativa de fármacos isentos de prescrição e outros relacionados ao estilo de vida, caso do Cialis e do Viagra, por exemplo. Cerca de 80% das despesas com medicamentos são realizadas com produtos de baixo custo, fenômeno novamente relacionado ao baixo poder aquisitivo da população local quando comparado a mercados desenvolvidos. Além disso, embora o perfil das doenças no Brasil esteja se aproximando daqueles encontrados em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, ainda prevalecem doenças usuais em países subdesenvolvidos, como dengue, febre amarela e doença de Chagas.

De 2007 a 2011

as vendas de medicamentos no varejo registraram um crescimento acumulado de

82,2%

O chamado “bônus demográfico”, deve se manter até

2025

Das vendas totais de US\$ 25,8 bilhões do varejo farmacêutico, em 2011

US\$ 18,3 bilhões

corresponderam a medicamentos prescritos

Comercialização

O sistema de comercialização de medicamentos no Brasil também é marcado por um importante conjunto de peculiaridades. Há, por exemplo, controle de preços, um regime conduzido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Cabe à CMED definir os preços máximos dos produtos, estipular os reajustes anuais e assegurar o cumprimento dessas determinações pela indústria farmacêutica.

Novos fármacos têm seus preços definidos com base em valores de referência globais. O custo no Brasil não pode superar o menor preço cobrado entre nove diferentes mercados (Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Grécia, Portugal, Itália, Espanha, França, Canadá, além, eventualmente, do país de origem do medicamento). Nesse caso, também vale o sistema de controle e congelamento do preço pelo período de um ano, cabendo à indústria farmacêutica negociar os descontos de preços para o varejo.

Um desafio relevante no Brasil está relacionado à indústria de genéricos. Com as margens mais apertadas, muitas indústrias passaram a rever suas estratégias agressivas de descontos, que em muitos casos chegavam a 90%. A elevação dos custos de produção e a conseqüente queda das margens levaram algumas indústrias a reduzir os descontos concedidos nos medicamentos. Por lei, os genéricos são 35% mais baratos que os medicamentos de referência. Mas a média de descontos sobre esses produtos supera os 50%.

Um aspecto relevante do mercado doméstico é a elevada concentração da distribuição nas mãos de poucos grupos regionais e nacionais: de 65% a 75% da distribuição dos medicamentos é feita por distribuidores locais, enquanto apenas de 25% a 35% dos produtos são diretamente entregues ao varejo. As redes varejistas também começam a despertar interesse de grupos locais e internacionais inclinados a promover a consolidação do setor. Em agosto de 2011, a Drogasil e a Droga Raia anunciaram a fusão de suas operações, seguida, no mesmo mês, por transação similar entre as cadeias Drogaria SP e Drogaria Pacheco. Em fevereiro de 2013, o grupo norte-americano CVS adquiriu as operações da rede de drogarias Onofre.

O SUS também é responsável pela compra e distribuição de medicamentos no Brasil, especialmente os de uso contínuo e os destinados à população de menor renda. Existem três programas nacionais de compra e repasse de medicamentos, mas essas drogas têm, necessariamente, de estar contempladas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). Para as aquisições do SUS, os remédios de uso contínuo devem, mandatoriamente, sofrer um desconto de 35% no preço, resultado da aplicação do “coeficiente de ajuste de preços”. Isso inclui, por exemplo, drogas usadas para diversos tratamentos de câncer, infecção por HIV e doenças crônicas, como esquizofrenia, reumatismo e artrites.

Outra frente governamental de distribuição de medicamentos é o Programa Farmácia Popular, voltado essencialmente para a

oferta de medicamentos genéricos e biossimilares de baixo custo para a população de menor poder aquisitivo. Essa tentativa, entretanto, ainda não decolou por causa da dificuldade de acesso dos pacientes a esse sistema: menos de 10% do mercado é abastecido pelo programa.

Ao mesmo tempo, crescem os casos de ingresso na Justiça de pacientes do SUS e beneficiários de planos privados para terem acesso a medicamentos inovadores e de maior custo, que ainda não são oferecidos pelo sistema público e nem foram contemplados no rol de obrigações de fornecimento pelo sistema suplementar (privado). O grande volume de ações judiciais para obtenção de remédios e tratamentos é conhecido no mercado como “Judicialização da Saúde”, um dos principais riscos existentes no sistema de saúde do país.

Regulação e investimentos

A agenda regulatória é outro ponto que tem merecido atenção adicional das autoridades governamentais e que inquieta as empresas que atuam no mercado local. Ainda que o Brasil tenha promovido alguns importantes ajustes nos anos recentes, há fragilidades a serem enfrentadas.

É o caso, por exemplo, do longo prazo para a aprovação de medicamentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e para o reconhecimento de propriedade intelectual de alguns novos fármacos. Para dificultar esse processo, há também uma disputa entre a Anvisa e o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) sobre qual dos dois organismos é responsável pelo reconhecimento das patentes dos medicamentos.

Também há, com frequência, preocupações sobre potenciais riscos de proteção às marcas e um ambiente que combina excesso de burocracia com um regime tributário confuso. Essas adversidades se refletem, obviamente, nos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): os laboratórios locais receberam apenas US\$ 140 milhões dos US\$ 40 bilhões de investimentos globais em 2009.

Apesar desses desafios a serem superados, não há dúvida no setor de que o Brasil desponta como um mercado emergente e fundamental para as empresas farmacêuticas interessadas em compensar a desaceleração das vendas nos mercados desenvolvidos. Assim, muitos grupos multinacionais têm optado por adquirir empresas locais como estratégia de ingresso no mercado brasileiro. Em 2009, de acordo com o IMS Health, a indústria local contava com 378 *players* controlados por 45 laboratórios, que receberam 91,7% do faturamento global do setor.

A indústria farmacêutica local é dinâmica e ascendente e há um considerável conjunto de iniciativas voltadas para o desenvolvimento de projetos de biotecnologia. Além disso, o governo tem induzido novos investimentos na área via Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O principal objetivo é substituir as importações por produtos locais e formar parcerias entre grupos internacionais e empresas locais. Dessa forma, várias organizações fortalecem sua presença no Brasil por meio de fusões e aquisições, operações de expansão e lançamentos de novos produtos.



Em 2009, a brasileira Hypermarcas adquiriu a fabricante de medicamentos genéricos Neo Química. A brasileira Eurofarma, também concentrada no segmento de genéricos, tem manifestado intenção de expandir-se regionalmente, ao assumir o controle da Laboratórios Gautier, com instalações no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia.

Os grupos internacionais, ao contrário da desmobilização de ativos que têm promovido em mercados desenvolvidos, estão fazendo no Brasil importantes investimentos de expansão. Em abril de 2009, a Sanofi adquiriu a Medley por US\$ 680 milhões. A Novartis injetou US\$ 500 milhões em suas operações no país para estabelecer uma fábrica de vacinas perto de Recife, enquanto a japonesa Takeda anunciou, em fevereiro de 2010, a criação de uma nova subsidiária no Brasil, com sede em São Paulo. Trata-se da primeira

incurção direta da empresa na América Latina. Em outubro de 2011, a Takeda anunciou a fusão com a suíça Nycomed, criando o 12º maior laboratório do mundo. Em março de 2012, o grupo assumiu o controle da Multilab, fabricante local de medicamentos genéricos, e a UCB adquiriu, em maio de 2012, a Meizler, outro player local, apenas para citar alguns exemplos de transações no setor.

Também nesse contexto, vários governos estaduais e municipais do Brasil estão promovendo programas de incentivo ao investimento no mercado farmacêutico, a fim de constituir polos industriais do setor. Esses regimes especiais têm garantido o aprimoramento da infraestrutura, bem como a qualificação de mão de obra, fatores ainda deficientes no país. Muitos dos projetos também contam com regimes fiscais e tributários diferenciados para estimular novos investimentos no setor.

Principais tendências do setor no país

Ainda que registre oscilações momentâneas de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), o mercado brasileiro de saúde tem se mostrado robusto e com forte resiliência, mesmo nos momentos de queda da atividade econômica.

Grande parte desse fenômeno se justifica por causa do forte ciclo de expansão da classe média, fruto do crescimento da renda e de um mercado de trabalho que ainda vive uma situação considerada tecnicamente de “pleno emprego”. Existe, nesse caso, um forte atrelamento entre o mercado de trabalho doméstico e os planos de saúde suplementar, uma vez que a maioria dos contratos do setor é de planos coletivos empresariais, sendo esse um dos benefícios mais valorizados pelos empregados.

Portanto, enquanto o país conseguir manter a estabilidade econômica e, principalmente, o nível de emprego, é de se esperar a continuidade das contratações de planos de saúde e manutenção dos contratos atuais. Além disso, o noticiário brasileiro tem sido farto em relatar que o governo federal estuda estabelecer, em conjunto com as operadoras, uma espécie de subsídio financeiro, além de benefícios de natureza tributária, para criar planos de saúde de custo menor e, conseqüentemente, mais acessíveis à população de baixa renda.

A expectativa de crescimento do mercado de saúde suplementar também mantém essas atividades atraentes para investidores, especialmente estrangeiros. No curto prazo, há grande expectativa de novas aquisições de operadoras por grupos internacionais, a exemplo da operação conduzida pela UnitedHealth na compra da Amil, um negócio de quase R\$ 10 bilhões ocorrido em 2012. Com o ingresso desses novos gestores, projeta-se um ambiente de maior competição no segmento de saúde suplementar, além de ganhos efetivos de escala e maior produtividade das empresas.

Essa combinação de ações torna-se um aspecto extremamente relevante a ser considerado pela indústria farmacêutica. Isso porque, recentemente, o órgão regulador dos planos de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgou uma norma segundo a qual as operadoras estão autorizadas a comercializar, voluntariamente, planos de saúde que também contemplem a cobertura de medicamentos. Contudo, a norma, anunciada em 2012, ainda não sensibilizou o mercado a ponto de haver oferta dessa modalidade de planos ou aditivos aos planos existentes.

Exatamente por isso, muitos profissionais da área, especialmente do segmento de operadoras e seguradoras de planos de saúde, acreditam na possibilidade de, em um futuro próximo, a cobertura de medicamentos se tornar obrigatória pela ANS para todos os contratos de planos de saúde, novos ou antigos. Alguns sinais para essa crença já foram dados, como, por exemplo, a recente resolução da ANS que passou a determinar que alguns dos

medicamentos via oral utilizados para tratamentos oncológicos sejam cobertos pelas operadoras sem ônus ao beneficiário do plano.

Caso essa possibilidade se confirme, não será surpresa que o novo desenho de mercado torne os planos de saúde uma fonte relevante de aquisição de medicamentos no Brasil, superando as compras governamentais e disputando a liderança com as redes varejistas. Ainda assim, o varejo farmacêutico se mantém como uma porta de acesso fundamental ao mercado. Como ocorreu recentemente nos processos de fusão de grandes grupos e do ingresso da norte-americana CVS na rede Onofre, há uma grande expectativa em torno de novas operações de consolidação do setor, fruto, obviamente, do forte crescimento das vendas de medicamentos.

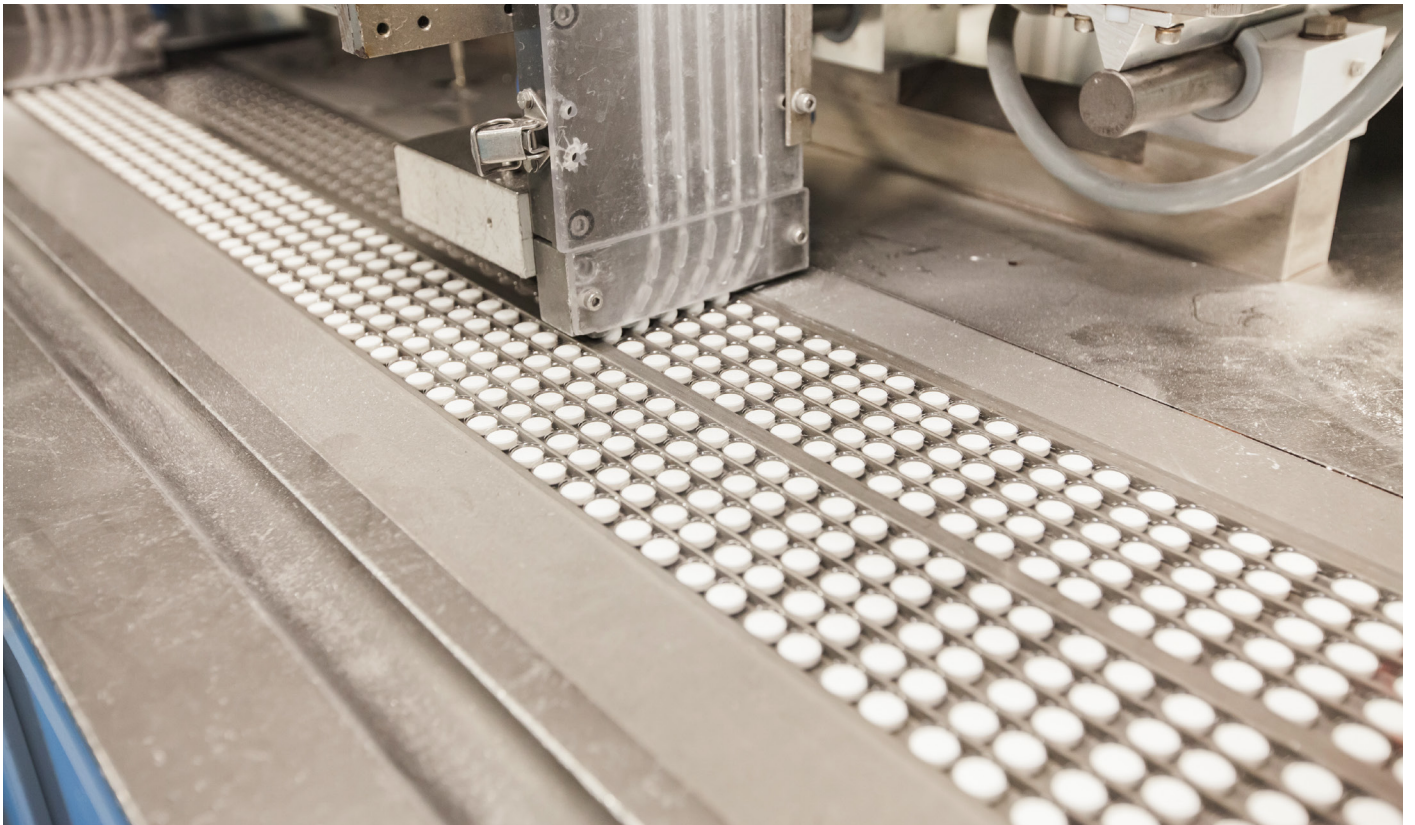
Todo esse debate transcorre em um ambiente de custos em alta na área de saúde e no qual não há indicativos de reduções ou, pelo menos, desaceleração. Alguns paliativos têm sido adotados pelo governo federal para amenizar essa pressão de custos.

Recentemente, foi implementada uma nova política de precificação de energia elétrica, reduzindo os custos do insumo. Em outra frente, o BNDES lançou um programa de concessão de crédito para o financiamento de novos projetos e empreendimentos da área de saúde, contemplando, inclusive, o segmento da indústria farmacêutica. Espera-se que tal iniciativa resulte, em médio ou longo prazo, em uma redução das importações de insumos e medicamentos, o que repercutiria em diminuição dos custos no mercado interno. Por outro lado, na busca por mais inovação e diante da necessidade de corte de despesas, começa a evoluir o nicho de medicamentos

biossimilares, que tendem a ganhar força nos próximos anos. Pretende-se, com o apoio do BNDES e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolver a produção de biossimilares, aproveitando as inúmeras iniciativas em curso no país no campo da biotecnologia e mantendo o foco governamental de produzir localmente “medicamentos essenciais”.

Em abril de 2011, por meio do laboratório estatal Instituto Vital Brasil, o governo brasileiro anunciou um acordo com o PharmaPraxis, um conglomerado farmacêutico brasileiro, para desenvolver uma versão biossimilar do Humira (adalimumab, Abbott Laboratories). O objetivo é reduzir o peso desse medicamento nas compras do Sistema Único de Saúde (SUS). De seu lado, a Abbott nega qualquer acordo com o governo brasileiro, mas, como a patente do Humira está protegida no Brasil até 2016, não está claro no momento se a versão biossimilar do produto entrará no mercado brasileiro antes de 2016, o que incorreria na quebra de patente da Abbott. Além do Humira, o SUS incluiu na lista outros 25 medicamentos que poderão ser produzidos domesticamente nos próximos anos.

Enquanto, por um lado, o governo tenta conter e estimular a competição na área de saúde e, por extensão, também na indústria farmacêutica, há uma clara consciência da necessidade de incrementar os recursos do SUS. Desde o início de 2013, aumentou a vinculação orçamentária de estados e municípios destinada às despesas com saúde. Espera-se que, mantido o atual ciclo de crescimento das despesas públicas na área, muito em breve os gastos públicos sejam equivalentes aos do mercado privado existente no Brasil.



Muito desse impacto também decorre do fim do chamado “bônus demográfico” e, a partir de 2020, do início do processo de envelhecimento populacional brasileiro, cujo ápice está previsto para 2030, quando o país contará com mais idosos do que População Economicamente Ativa (PEA) – faixa que abrange a população entre 15 e 64 anos. Além da demanda crescente por medicamentos ocasionada pelo envelhecimento, há que considerar também que os gestores públicos e privados têm dado maior ênfase aos programas de promoção da saúde, a fim de aumentar a longevidade populacional com mais qualidade de vida. Preocupa, por exemplo, a significativa evolução da obesidade registrada na sociedade brasileira nos últimos anos. É de se esperar mais demanda por medicamentos de estilo de vida e que promovam maior bem-estar da população.

Persistem, no caso brasileiro, alguns riscos regulatórios que tendem a ser superados após uma nova interação entre o poder público e a indústria. Há uma clara prioridade do governo em relação ao tema. Em 2012, no âmbito do Programa de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o Ministério da Saúde assinou 20 novas parcerias com laboratórios privados e públicos, além de instituições científicas, com o objetivo de transferir tecnologia e produzir no país medicamentos e vacinas que serão oferecidos pelo SUS. O investimento estimado é da ordem de R\$ 5,7 bilhões, promovendo uma economia na compra de medicamentos de até US\$ 2,7 bilhões em 2014. Espera-se que 30 milhões de doses sejam fornecidas ao SUS já no próximo ano. O governo também garante exclusividade na compra de medicamentos a preços menores do que os cotados no mercado mundial por cinco anos.

Conforme já indicado em algumas edições da série “Pharma 2020”, da PwC, estima-se que, em 2020, as indústrias dependam mais dos mercados emergentes, de onde seriam gerados entre 30% e 55% das suas receitas. No caso brasileiro, a receita dos medicamentos patenteados será inferior à dos genéricos: US\$ 8,8 bilhões contra US\$ 15,3 bilhões.

Essa situação, como todo o restante do conjunto produtivo e de mercado no Brasil, impõe um paradoxo às indústrias farmacêuticas. O potencial do mercado é grande, a obtenção de retorno, difícil, e a disputa entre os concorrentes, dura. Atuar nesse mercado pode representar riscos, com uma participação relevante (ou não) na composição das receitas das empresas. Cada empresa está desafiada, portanto, a decidir se pretende investir em mercados emergentes, em que grau, onde quer aportar recursos e quais estratégias deve aplicar para obter sucesso.

Como a PwC pode ajudar

Somos uma rede mundial de firmas com mais de 180 mil profissionais em 158 países. Apenas na área de *Healthcare*, contamos com cerca de 9 mil especialistas que trabalham de maneira integrada com nossas demais áreas de excelência, sempre com foco em gerar valor e resultados concretos e sustentáveis para os nossos clientes.

Contamos com uma equipe multidisciplinar, com larga experiência em hospitais de grande porte e operadoras de saúde, expertise em negociação com fornecedores presentes e potenciais, credibilidade junto aos órgãos de financiamento e bom relacionamento com as entidades reguladoras do setor.

Diariamente, nós nos envolvemos na solução de problemas estratégicos e buscamos soluções únicas para os problemas dos nossos clientes com base na combinação de conhecimento da indústria farmacêutica, capacitação técnica, metodologia comprovada e experiência nas mais diversas áreas em que atuamos, tanto no Brasil quanto no mundo.

Trabalhamos em conjunto com nossos clientes para desenvolver estratégias de negócio vencedoras

- Os clientes nos contratam para resolver problemas estratégicos e operacionais.
- Oferecemos soluções únicas capazes de proporcionar benefícios concretos para os desafios de cada cliente, combinando conhecimento da indústria, capacitação técnica e experiências nas mais diversas áreas, tanto no Brasil como no mundo.
- Nosso objetivo é apoiar nossos clientes em desenhar, gerir e executar mudanças benéficas e sustentáveis.

1.
Construir organizações eficientes

2.
Inovação

3.
Reduzir custos

4.
Tecnologia

5.
Alavancar talentos

6.
Gerenciar crises, riscos e regulamentação

7.
Crescimento estratégico

8.
Gestão de negócios

9.
Compliance

Nossos principais serviços são:

Auditoria

Realizamos auditoria das demonstrações financeiras locais e formulários padronizados para fins de consolidação de grupos, de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente aplicáveis no Brasil e com o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). Executamos ainda revisões de processos de RH, compras, departamento jurídico, controladoria, provisões técnicas, tesouraria e comercial, mapeamento de processos, testes, identificação de deficiências de controle, alinhamento das recomendações, apoio na definição de planos de ações e *follow-up* da implementação desses planos, além de desenho e implementação do sistema de gestão orçamentária.

Entre as principais atividades de auditoria, temos:

- Auditoria de demonstrações financeiras estatutárias.
- Auditoria de demonstrações financeiras em IFRS.
- Auditoria de demonstrações financeiras em US GAAP.
- Auditoria de pacote de consolidação.
- Auditoria de controles internos (US-SOX, J-SOX, etc.).
- Auditoria de sistemas.

Consultoria

Oferecemos suporte desde a elaboração de um plano para a entrada no mercado brasileiro até a expansão para outras regiões de atuação. Entre outros serviços, auxiliamos também na definição do local de instalação da fábrica e em estruturação de planos de negócios, consultoria tributária, gestão estratégica e reestruturação de processos com foco em ganho de eficiência.

Nossas principais atividades de consultoria incluem:

- *Compliance* fiscal.
- Planejamento tributário.
- Planejamento estratégico.
- Implementação de estratégia de *go to market*.
- Planejamento orçamentário.
- Avaliação e melhoria da função financeira.
- Estruturação de consolidação de serviços compartilhados.
- Processos de fusão, aquisição, alienação e reestruturação.
- *Pos-merger integration*.
- Governança, Riscos e *Compliance* (GRC).
 - Regulação de mercado.
 - Desenvolvimento de modelos de gestão de risco.
 - Programas de monitoramento de *compliance*.
 - Due Diligences com atenção ao FCPA.
- Tecnologia.
- Terceirização.
- Recursos humanos.
- Desenvolvimento organizacional.
- Eficiência e redução de custos.
- *Supply chain*.
- Sustentabilidade.

Geração de conhecimento

Além de contar com um site exclusivo para o setor de saúde, que representa mais um canal de comunicação aberto ao cliente em tempo integral, a PwC trabalha constantemente na geração de conhecimentos por meio da realização de pesquisas e estudos anuais relevantes para a indústria farmacêutica e a área de saúde como um todo. Esses estudos abordam questões como contabilidade, legislação tributária, riscos, regulamentação, sustentabilidade, estratégia e crescimento, governança, operações, inovação e tecnologia, talento e mudanças.



Um exemplo desse trabalho é o “*Pharma 2020: which path will you take?*”, uma série de publicações que explora questões fundamentais para o futuro das companhias farmacêuticas, como produtividade, P&D, marketing e vendas, gerenciamento da cadeia de suprimentos e planejamento fiscal, entre outros assuntos.

Para viabilizar esse trabalho, a PwC conta com três centros de excelência:

- **PwC Health Policy Economics (HPE)**
Unidade especializada em aplicar análise econômica e estatística a um abrangente grupo de questões relacionadas à saúde. Por meio de análise quantitativa e pesquisa focada, o HPE ajuda clientes a estudar e conhecer o impacto das mudanças legislativas e regulatórias para a organização e os demais *stakeholders* da cadeia de valor.
- **PwC Global Best Practices (GBP)**
Oferece as melhores práticas do mercado e fontes de *benchmarking* para ajudar as empresas a avaliarem sua performance, mitigarem riscos e aprenderem novas formas de aperfeiçoamento de seus processos. O banco de dados do GBP é continuamente atualizado com práticas comprovadas pelas empresas líderes de cada setor e fornece aos clientes informações detalhadas sobre uma variedade de processos de negócios que podem fazer toda a diferença para o sucesso da sua operação.
- **PwC Health Research Institute (HRI)**
Desenvolve publicações relevantes e inovadoras, além de pesquisas para os nossos clientes sobre problemas importantes da indústria farmacêutica e do setor de *healthcare* como um todo. O HRI é parte de uma grande iniciativa da PwC nas indústrias relacionadas à saúde que une experiência e recursos para permitir a colaboração entre todos os atores do mercado, para fornecer inteligência e análises sobre o setor.

Contatos

Para obter mais informações, entre em contato com:

Eliane Kihara

eliane.kihara@br.pwc.com

[55](11) 3674 3821

Marcelo Orlando

marcelo.orlando@br.pwc.com

[55](11) 3674 3677

Cassius Carvalho

cassius.carvalho@br.pwc.com

[55](11) 3674 3822

Valter Aquino

valter.aquino@br.pwc.com

[55](11) 3674 3690

.....
Siga-nos [Twitter@PwCBrasil](https://twitter.com/PwCBrasil)
facebook.com/PwCBrasil



© 2013 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., a qual é uma firma membro do network da PricewaterhouseCoopers, sendo que cada firma membro constitui-se em uma pessoa jurídica totalmente separada e independente.

O termo "PwC" refere-se à rede (network) de firmas membro da PricewaterhouseCoopers International Limited (PwCIL) ou, conforme o contexto determina, a cada uma das firmas membro participantes da rede da PwC. Cada firma membro da rede constitui uma pessoa jurídica separada e independente e que não atua como agente da PwCIL nem de qualquer outra firma membro. A PwCIL não presta serviços a clientes. A PwCIL não é responsável ou se obriga pelos atos ou omissões de qualquer de suas firmas membro, tampouco controla o julgamento profissional das referidas firmas ou pode obrigá-las de qualquer forma. Nenhuma firma membro é responsável pelos atos ou omissões de outra firma membro, nem controla o julgamento profissional de outra firma membro ou da PwCIL, nem pode obrigá-las de qualquer forma.